

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 11 2003



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2003

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 11 • 2003 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Palma, Artes Gráficas, Lda. - Tel. 244 447 120 - Mira de Aire
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
11, Oeiras, Câmara Municipal, 2003, p. 9-18

PORTUGAL E OS VIAJANTES ESTRANGEIROS NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Maria Leonor Machado de Sousa¹

Nos últimos anos tem-se manifestado um interesse crescente pela literatura de viagens, género de contornos por vezes difíceis de definir, mas a respeito da qual existe já uma teorização de certa envergadura.

Até um período que podemos situar ainda no início da segunda metade deste século, os relatos de viagem tinham um interesse simplesmente exótico, de estabelecer um contacto do leitor com gentes e costumes pouco conhecidos. Sem que esse aspecto tenha desaparecido, a verdade é que o cinema e sobretudo a televisão ultrapassaram a necessidade de recurso à leitura, pois os meios de que dispõem têm um impacte visual que nenhum livro pode igualar.

Mas a diminuição de valor nesse sentido, valor que, aliás, nada vence no que se refere à perenidade e facilidade de acesso ao registo escrito, coincidiu curiosamente com a descoberta, ou talvez melhor, com o reconhecimento de uma nova espécie de valor, já abrangido pelo interesse em determinadas áreas científicas. Estas são as ciências sociais, também elas objecto de enorme desenvolvimento ao logo do século XX. A descrição dos países visitados interessa sobretudo à etnografia e à sociologia. Neste último caso, esse interesse só pode ser avaliado com a distanciação que a perspectiva histórica permite. Trata-se da descrição de costumes e situações que frequentemente constituem fontes únicas, dado que os naturais do país, imersos numa vida rotineira e para eles normal, não viam razão para descrever. Dessa maneira – e isso é particularmente significativo na caso português – os relatos dos viajantes estrangeiros que nos visitavam são praticamente as únicas fontes para o conhecimento do quotidiano de outras épocas, cujo estudo tem constituído recentemente quase uma sub-área das ciências sociais.

Um outro ponto de vista sob o qual podemos encarar estas obras tem a ver com a sua abordagem, em termos mais ou menos estéticos: o que é relato de viagem e em que domínio deve ser preferencialmente situado, histórico ou literário?

Em rigor, o género – que é frequentemente designado por “literatura de viagens” – aplica-se ao

¹ Professora Catedrática jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História.

resultado das observações feitas por um viajante sob a forma de documento escrito. Mas a literalidade de um roteiro, por exemplo, não tem o mesmo grau estético que um relato do que o autor viu e viveu durante a permanência de alguns meses num meio desconhecido. No primeiro caso temos um documento científico, no segundo um documento com valor histórico e forma e qualidades literárias. Este é o fruto da curiosidade do autor – muitas vezes pouco dotado para as letras – que pretende registar e divulgar o que vê.

A explosão de interesse por este tipo de narrativas deu-se no século XVI, quando os participantes nas viagens de descoberta ou exploração traziam consigo descrições escritas. O resultado foi que algumas delas foram rapidamente traduzidas, às vezes antes da sua publicação no original, na maior parte das vezes em português. Também aconteceu que manuscritos portugueses foram dispersos pela Europa, havendo ainda inéditos em diversas bibliotecas de fundo antigo. Correspondendo ao grande interesse que o público leitor manifestou por estas obras também na segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX alguns autores ganharam certa notoriedade e, várias vezes reeditados e traduzidos, tornaram-se clássicos do gênero. A própria atitude do autor foi modificada pela sua época: se do viajante quinhentista e mesmo setecentista se esperava que fosse objectivo e transmitisse no seu relato toda a espécie de informações – a novidade –, que instruissem os leitores, o viajante romântico do século XIX era considerado livre de fazer interferir no relato a sua sensibilidade e de seleccionar os elementos e mesmo as facetas destes que, de modo algo impressionista, iria registar em detrimento dos outros.

Também a forma de que se revestem os relatos é variada: se muitos se apresentam como simples descrições da viagem e do que se deparou ao autor – paisagem, monumentos, costumes –, outros surgem como notas de diário ou cartas, numa tentativa de maior espontaneidade e de infundir maior confiança na informação transmitida. Mas a todos os relatos subjaz uma estrutura comum, aquela que justifica a tendência actual de os incluir cada vez mais na área da literatura: trata-se de encarar estas descrições como resultado do percurso de uma personagem – o “eu” narrador – ao encontro do “outro”, o país visitado. O choque das duas origens, de duas culturas implica uma estrutura romanesca, mais ou menos marcada conforme o grau de participação directa do autor em termos pessoais e dos episódios narrados.

A moda da viagem instituiu-se na Inglaterra, no século XVII, como complemento da educação dos rapazes de boas famílias. Em alguns casos teve como uma das consequências um relato escrito, mas este tornou-se quase obrigatório, no século XVIII, sobretudo quando o país visitado era mal conhecido. Na segunda metade do século, Portugal começa a aparecer cada vez mais no percurso dos viajantes, com razões que, por um lado, tinham a ver com a pouca segurança da travessia da França revolucionária, mas por outro tinham justificações no próprio país. Além dos casos particulares como o da Inglaterra, mais desperta para a existência de Portugal na sequência do casamento de Carlos II com Catarina de Bragança, houve uma circunstância que, mais que todas, chamou a atenção dos contemporâneos: o terramoto de 1755, cujas consequências catastróficas suscitaram na Europa uma polémica filosófica, na qual tomaram parte Voltaire, Kant e Rousseau, entre outros, quanto à existência de um Deus capaz de destruir a sua própria obra e que, dizendo-se o Deus da bondade, podia causar tão grande sofrimento.

Outras razões trouxeram viajantes estrangeiros até nós. O restabelecimento dos que sofriam de doenças pulmonares era um dos mitos que levavam os médicos a receitar algum tempo de permanência nos países mediterrânicos, sobretudo a Itália, mas motivos económicos ou de relações com membros das colónias inglesas em Portugal terão justificado o crescente afluxo desses doentes durante o século XVIII.

Também foram muitos os militares que se alistaram nas tropas portuguesas para tomarem parte nas campanhas europeias ou para colaborarem na reorganização do exército. O caso dos militares foi particularmente importante no século XIX, nos exércitos britânicos que participaram na Guerra Peninsular e, como voluntários, nas guerras civis entre liberais e absolutistas. Nesta área, os relatos são principalmente especializados, apresentando estratégias, organização das tropas e relatos de campanhas ou batalhas. No entanto, é possível encontrar nestes textos pormenores interessantes no que se refere ao carácter e à maneira de viver das populações, por vezes até mesmo à própria paisagem, e a casos humanos ou amorosos que as situações de guerra acabam sempre por produzir.

Outro grupo de estrangeiros que em todas as épocas acompanharam a vida portuguesa era constituído por diplomatas, quer residentes quer encarregados de missões específicas. Infelizmente pouco ou nada nos deixaram registado da sua experiência, mas houve outras consequências igualmente importantes: das negociações do casamento de Catarina de Bragança resultou a primeira tradução inglesa de *Os Lusíadas*, 1655, feita pelo encarregado dessa missão, *Sir* Richard Fanshawe; o representante do Reino Unido em Lisboa no início do século XIX, *Lord* Strangford, que acompanhou D. João VI ao Brasil, fez a primeira tradução de uma série de poemas líricos de Camões; o General Dumouriez, que veio a Portugal por ordem do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Luís XV para estudar a topografia e as condições estratégicas do país, ultrapassou os limites da sua missão e deixou um interessante relato do que eram o país e a vida portuguesa. Em poucas palavras, resumiu as razões que podiam tornar Portugal interessante aos olhos estrangeiros: “As íntimas relações entre Portugal e a Inglaterra, as suas riquezas, a sua situação como potência marítima, as horríveis convulsões da Natureza que na nossa era o abalaram até aos alicerces, as guerras a que foi forçado e, acima de tudo, o génio transcendente do seu Primeiro-Ministro devem suscitar a curiosidade de todos os viajantes e animar aqueles que visitam o seu território a adquirir e comunicar a informação que obtenham acerca de um país tão interessante e, atrevo-me a dizer, tão desconhecido.”

Esse Primeiro-Ministro, o Marquês de Pombal, foi o português mais célebre na Europa desta época. Todos os estrangeiros tiveram que falar desse homem todo-poderoso, de quem gostavam muito ou nada, mas que não podiam deixar de admirar.

Pombal tinha vivido alguns anos em Londres e em Viena e sabia quão longe da Europa estava Portugal, mas também via que uma abertura demasiado grande às novas ideias que começavam a perturbar o pensamento e a política europeia poriam em perigo o poder absoluto, que queria conservar. Por isso tentou desenvolver a economia e a indústria, chegou mesmo a lançar uma reforma da educação no sentido de a tornar mais prática, mas fortaleceu a Inquisição, que na altura era mais uma polícia política que religiosa. Os problemas militares derivados da Guerra dos Sete Anos levaram-no a chamar oficiais

estrangeiros, que viveram em Portugal durante alguns anos e tentaram reorganizar o nosso exército, mas nunca se adaptaram e devem ter-se sentido rigorosamente vigiados.

Os militares que vieram de muitos países eram, na sua maioria, mercenários e, passado algum tempo, partiam para novas aventuras. Deixaram um exército melhor organizado, que em breve os esqueceu, a eles e às suas regras, e a semente de algo mais europeu, a Maçonaria, cuja influência em breve seria sentida em outros círculos, na maior parte intelectuais.

Arthur William Costigan, o estrangeiro que com mais agressividade escreveu sobre Portugal, poderá ter sido um dos participantes no grupo maçónico do Norte, pelo qual José Anastácio da Cunha, matemático e um dos mais notáveis poetas pré-românticos, teve que responder em tribunal. Ele pertenceu a uma geração de intelectuais que procurou manter-se a par da evolução europeia, para o que tentava arranjar livros recentes por canais privados e que se reunia em círculos eruditos e aristocráticos, onde era mais fácil iludir a vigilância política.

Um aristocrata italiano arruinado que tentou a sorte em Lisboa e chegou a ser um dos favoritos do Marquês, Giuseppe Gorani, cedo compreendeu a verdadeira situação e procurou uma desculpa para deixar o país o mais depressa que lhe fosse possível. Ele poderá ter vindo para Lisboa por razões ainda menos aceitáveis do que aquelas que confessou, mas escreveu um dos mais importantes livros do século XVIII sobre Portugal, que é, aliás, muito pouco favorável. Poderá ser exagerado e demasiado contundente, mas é muito importante, porque é o único a dar testemunho de um nível de vida a que os estrangeiros geralmente não tinham acesso: os círculos políticos, militares e da Corte que rodeavam o Ministro. Outros escreveram sobre o seu carácter e acção, mas só Gorani descreveu conversas, refeições e fins-de-semana na sua casa.

Um dos aspectos mais destacados e sem dúvida duradouro da acção de Pombal foi a reconstrução de Lisboa, em que se centravam todas as descrições. Os registos estrangeiros falam tanto das pavorosas ruínas como do nascimento de uma cidade nova. Concordando ou não com o projecto, os mais conscientes destes viajantes compreenderam que estavam a testemunhar o nascer de uma era iluminada num país que em muitos aspectos se conformava ainda com um padrão feudal.

Além dos tipos de viajante já referidos, outros nos visitaram e escreveram sobre nós. Cientistas, arquitectos e meros turistas vieram a Portugal e escreveram sobre o que viram. E não são muito raros os casos em que o viajante se poupou a esforços, seguindo em grande parte os seus antecessores, chegando a contar os mesmos episódios e a referir os mesmos pormenores, por vezes apresentando-os como registados por ele próprio. Nem sempre, todavia, isto reflecte uma atitude de menos seriedade, mas antes preocupação de informar completamente, recorrendo àqueles que podem preencher lacunas na experiência do novo autor. Criou-se mesmo o hábito de ler relatos já existentes sobre o país que iam visitar. Já sabendo o que iam encontrar, acabavam muitas vezes por não ser objectivos, pois estavam já predispostos a achar mau ou bom aquilo que ainda não conheciam. Deve dizer-se que, para o fim do século XVIII e durante o século XIX, houve tentativas de corrigir a versão negativa e muitas vezes preconceituosa que se espalhara na Europa. Um dos casos mais importantes foi o do botânico alemão

Heinrich Wilhelm Link, que ficou desgostoso quando, depois de levar a cabo a tarefa científica que o fez viajar por todo o país, foi ler tudo o que encontrou na Alemanha sobre Portugal. Por isso propôs-se tentar alterar essa imagem de “fanáticos e ladrões”, para fazer justiça às boas qualidades daqueles a quem chamou “os [s]eus amigos portugueses”. Na opinião dele, esse juízo desfavorável era principalmente devido a que, tendo permanecido apenas em Lisboa, os estrangeiros alargavam a todo o país os defeitos que podiam encontrar-se na capital, e também ao desconhecimento da língua, que impedia a comunicação e a compreensão do que se passava.

O facto de os autores se lerem uns aos outros, ficando já orientados no sentido do que deviam ver, tinha forçosamente de levar a estereótipos, ou seja à aceitação de imagens que são no fundo comportamentos caracterizados pela repetição automática de um modelo anterior, que se verifica ser constantemente o mesmo. O resultado é obviamente demasiado redutor, mas a tradição perpetuou algumas características, como a fleuma dos britânicos, a exuberância dos espanhóis e italianos, a melancolia dos portugueses.

O modo de um viajante encarar o país estrangeiro tem bastante a ver também com a nacionalidade. Embora seja norma geral a afirmação de objectividade e imparcialidade, o certo é que estes homens, por mais isentos que se declarassem, estavam condicionados pela cultura em que tinham sido educados; por um lado, ela determinava a extensão e a qualidade da diferença que provocava a curiosidade; por outro, criara preconceitos que por vezes levavam à deturpação, mesmo inconsciente, da realidade observada. Um caso típico, relativamente aos ingleses, é o modo totalmente negativo com que a tradição e os rituais religiosos dos portugueses eram vistos, pois representavam a sobrevivência de tudo aquilo que a Reforma quinhentista, considerada um dos pilares da civilização britânica, quisera abolir. Com raras e honrosas excepções, os viajantes ingleses não conseguiram ser objectivos neste campo, pelo que as suas informações resultam em ataques violentos ou em algo a que podemos chamar caricatura.

Ainda a respeito dos ingleses, é fácil compreender como estes homens, chegados do país da Revolução Industrial, com o conseqüente desenvolvimento dos meios de comunicação, ficaram chocados com o estado artesanal em que vivia ainda o povo português e as suas más estradas que, aliás, nenhum viajante deixou de notar.

Por outro lado, tradicionalmente entusiasmados pela Natureza, são eles os que mais minuciosamente descrevem as paisagens, revelando uma sensibilidade que em outros é difícil de encontrar e chamando mesmo a atenção para aspectos que aos próprios naturais passavam despercebidos. Um caso paradigmático é o de Sintra, que podemos dizer ter sido descoberta pelos viajantes britânicos do século XVIII. Muito gabada por Murphy, Beckford, Southey e também Link, foram os versos de Byron que a tornaram famosa, embora por oposição, quando disse que Sintra era mal empregada nos portugueses. O certo é que se tornou, para todos os viajantes posteriores, uma espécie de ex-libris de Portugal.

A estranheza perante certas situações obriga a conhecer não só a cultura descrita como a de origem, pois só assim ela poderá ser compreendida. Há que tomar uma perspectiva histórica, da época em que diversas comunidades viviam ainda isoladas, em tempos e ritmos diferentes.

A mudança de atitude generalizada a partir da viragem para o século XIX não foi espontânea nem

mera coincidência. Nos finais do século XVIII, o pensamento e as ideias estéticas passaram por uma grande alteração, e os relatos de viagem como género adquiriram características que lhes deram uma posição mais literária. Quaisquer que fossem os motivos das suas deambulações, os viajantes tornaram-se mais atentos à Natureza e ao que chamaram “cor local”. Com o novo movimento filosófico e artístico que então se desenvolveu – o Romantismo – a viagem tornou-se uma experiência mais importante que os acontecimentos reais. Significava, como já disse, a procura do Outro, o desconhecido, o diferente. “Cor local” queria dizer exotismo e implicava um maior interesse pelo passado.

Juntamente com o sonho da Idade Média, este período desencadeou o gosto pelo exótico, e este convergia sobretudo no Oriente, criando a nova tendência estética que se chamou Orientalismo. Grandemente responsável por isso foi a tradução francesa de *As Mil e Uma Noites*, feita no início do século XVIII por Antoine Galland e largamente conhecida na Europa. Nessa época, as pessoas desejavam conhecer os países onde podiam desenrolar-se acontecimentos como os que eram aí narrados, mas tratava-se de uma expedição difícil, cara e perigosa. E na Península Ibérica, sobretudo em Espanha, encontraram algo do que procuravam: países onde os árabes tinham vivido durante séculos até um passado recente e onde os seus monumentos e a influência da sua civilização se podia ainda ver e sentir. E tudo a curta distância...

Em Portugal nunca se esqueciam de anotar a cor escura do povo e principalmente a condição das mulheres, a sua vida fechada e o rigor com que eram vigiadas pelos pais e maridos como sendo consequências da ocupação árabe.

Mas o passado não era apenas a Idade Média e o florescimento da civilização árabe. Algures na Europa viviam pessoas que, tendo em conta os padrões dos países desenvolvidos, não podiam ser ditas civilizadas, estavam ainda próximas do “homem natural” de Rousseau, um dos ideais filosóficos da época. Encontravam-se na Península Ibérica, separada fisicamente do resto da Europa e que, após alguns períodos de riqueza e poder, tinham sido abandonadas a uma vida obscura e isolada. E no fim do século XVIII, quando a Revolução Francesa tornara a Europa pouco convidativa para uma viagem por terra, a via aberta do mar oferecia novas perspectivas. Desembarcando quer em Espanha quer em Portugal, os viajantes atravessavam geralmente os dois países. As comparações entre eles não eram coincidentes, mas Link foi um daqueles que preferiram os portugueses em muitos aspectos. A sua boa-vontade termina numa exclamação particularmente simpática: “Oh, pudesse a minha fraca voz saber louvar devidamente este digno povo, que tantos viajantes ignorantes, e especialmente os ingleses, estigmatizaram e censuraram!”. O seu maior louvor será talvez o dizer que, entre a gente do campo, se poderia pensar que se estava na Alemanha. Mas até como cientista alguma coisa o impressionou particularmente: “o orgulhoso pinheiro, a bela árvore do Sul da Europa”.

Seguindo o gosto pela arte antiga e pelo pitoresco, gosto característico da época, como já disse, alguns viajantes vieram em busca do que era desconhecido mas podia merecer ser visto. Foi o caso de dois arquitectos, o inglês Richard Twiss e o irlandês James Murphy, o primeiro a dar atenção especial aos monumentos portugueses para além do aqueduto de Lisboa, construído no tempo de D. João V e que foi

uma fonte de maravilhas para todos os viajantes até ao fim do século XIX. Para com Murphy têm os portugueses uma dívida especial pelo seu estudo monumental e pelos desenhos do Mosteiro da Batalha, que são até hoje uma obra única sobre este ou qualquer outro edifício português.

Foi também Murphy o autor de uma série de desenhos dos trajes portugueses que, juntamente com os do anónimo A.P.D.G. e os que ilustram a obra de Marianne Baillie sobre Lisboa em 1820 a 1822, continuam a ser reproduzidos nas obras sobre o assunto nossas contemporâneas, por constituírem praticamente as únicas fontes existentes em tal matéria.

Outro visitante com interesses artísticos foi William Beckford, talvez o viajante mais famoso que escreveu sobre o nosso país. A sua experiência foi especial porque, sendo nobre, viveu entre os seus pares e descreveu uma espécie de vida diferente da daqueles que se relacionavam apenas com residentes estrangeiros ou com pessoas que encontravam nas estalagens ao longo das estradas. Os seus livros são ainda fontes únicas para o conhecimento da vida e das personagens dos mais elevados estratos sociais do final do século XVIII. O seu nome está ainda associado a alguns edifícios, que testemunham gostos e concepções diferentes.

Um outro aspecto da vida cultural portuguesa que encontra a sua descrição mais importante num relato estrangeiro sobre Portugal é o teatro, sobretudo a ópera. Foi o seu autor Carl Israel Ruders, capelão da embaixada sueca em Lisboa, no virar do século XVIII, que nos deixou pormenorizadas descrições do texto, da execução e do ambiente de S. Carlos e de outros teatros de Lisboa.

Resta agora fazer um apanhado do que todos estes viajantes disseram sobre Portugal. Foram unânimes no louvor do clima ameno, do sol brilhante, do céu azul.

Quase todos concordaram na afabilidade para com os desconhecidos, a chamada hospitalidade portuguesa, que se tornou um estereótipo ainda hoje presente nos relatos que continuam a ser publicados, o que não quer dizer que não corresponda a uma realidade. Gorani louvou muito os aldeões do Alentejo, que lhe deram de comer e o ajudaram o mais que puderam, e, como Link, alargou esse louvor a toda a população da província. Para ele, conservavam ainda as virtudes de um povo rural, antes que o comércio tivesse desenvolvido nele o vício da avarizia.

Muitos falaram da beleza das mulheres, particularmente dos seus cabelos e olhos escuros, algo que podemos considerar principalmente o valor dos contrários, já que os homens do Sul exprimem muitas vezes o mesmo entusiasmo pelo tipo nórdico, talvez apenas porque é diferente daquele a que estão habituados. Mas até o italiano Gorani teve palavras de louvor para com elas: “As mulheres portuguesas, que geralmente não perdem os seus encantos com a idade, são sempre belas na juventude. Não há país onde as mulheres tenham aspecto mais atraente.”

O General Dumouriez, embora preocupado com problemas militares, teve ainda ocasião de comentar: “As mulheres portuguesas têm a mais bela tez de muitas da Europa, os mais belos dentes e o cabelo mais belo. O seu vestuário, embora com algumas semelhanças com o das turcas, não as prejudica [...] São galantes e espirituosas e bem informadas, mas vivem numa rigorosa solidão”.

A paisagem foi considerada bela, e a de Sintra acima de todas, embora, segundo Link, os portugueses

a não apreciassem devidamente.

Alguns monumentos foram admirados mas não as cidades, que não eram suficientemente importantes nem organizadas. Isto é também verdade a respeito de Lisboa, embora houvesse unanimidade, mesmo entre os mais aguerridos detractores, a respeito da sua maravilhosa situação geográfica e da sua beleza, pelo menos quando vista de longe.

Imundície, mau cheiro, má iluminação, demasiados pedintes, cães e crimes eram os principais defeitos que assacavam à cidade. Eram reais, mas não tão característicos como muitos acharam, pois é fácil encontrar queixas semelhantes a respeito de praticamente todas as capitais europeias nesta altura.

Para a maioria dos viajantes, os portugueses eram um povo bem-humorado e alegre. Todavia, muitos sublinharam o traço melancólico que se revelava principalmente no seu cantar, algo que se tornou também um estereótipo. E entre as palavras que registaram nunca esqueceram a tão portuguesa *saudade*.

Nos aspectos práticos, as coisas foram diferentes. E em alguns a censura foi tão unânime como o louvor do clima. Ela incluía as más estradas e carros e estalagens primitivas e desconfortáveis, embora mencionassem algumas notáveis pela limpeza e comida saudável.

Muito raramente foram expressas opiniões políticas. Porque alguns não ficavam entre nós o tempo suficiente para terem certezas ou por qualquer outra razão, geralmente contentavam-se com a acusação do poder supremo dos reis e dos ministros. Os que não vinham da Inglaterra foram muito severos na crítica daquilo que chamaram a submissão aos interesses britânicos. Consideravam que esse facto era a verdadeira razão do sub-desenvolvimento do país, que permitia à Inglaterra ter mão livre na orientação do comércio e da indústria.

A religião foi a área onde a crítica não teve restrições. Para os protestantes, particularmente os britânicos, a fé proclamada pela Igreja Católica era superstição e fanatismo, e os conventos, na tradição do que o romance gótico fizera deles, eram covis de todas as espécies de vícios e crime. Contudo, ficaram fascinados com a vida ascética de alguns monges e louvaram alguns padres afáveis e sábios.

Mas até os viajantes católicos ficavam chocados com os excessos da religião portuguesa, que não consideravam uma experiência vivida, mas sim uma representação. A piedade das mulheres era apenas uma forma de sair de casa e encontrar-se com os seus amantes, com quem trocavam olhares, cartas e mesmo palavras na igreja, o único lugar onde tinham liberdade de ir, embora em companhia de uma criada que, evidentemente, estava metida na intriga.

Isto não deve ser considerado como ataques vãos ou preconceituosos. Pelo que escreveram e por aquilo que podemos encontrar nas obras de autores portugueses da época, a vida indolente, viciosa e de intriga de muitos membros do clero deve ter sido notória, mesmo para aqueles que passavam pouco tempo em Portugal. Devia-se principalmente à organização social e às tradições, que se pode dizer forçaram muitos jovens a entrar em instituições religiosas para as quais não tinham o mínimo pendor.

A Inquisição, que continuava a ser vista como sendo dominada pela Igreja, mesmo depois de ser já uma instituição política, era uma culpa de que a Espanha e Portugal nunca viriam a ser perdoados. Comparadas com algo institucional, parecia fácil esquecer as perseguições, as prisões, a tortura e a morte

que tinham acontecido na Europa, por razões as mais diversas.

Os viajantes tinham geralmente fraca opinião da educação portuguesa, principalmente das mulheres. Alguns tiveram palavras de louvor para a Universidade de Coimbra, para algumas bibliotecas, sobretudo particulares, e para alguns estudiosos de convívio requintado. Mas é verdade que, não obstante a reforma de Pombal, a educação estava muito atrasada em relação aos padrões europeus. Tradicionalmente era confiada aos Jesuítas, mas no reinado de D. João V estabeleceu-se em Portugal uma nova comunidade que se dedicava ao ensino, a dos Oratorianos, mais actualizados e pragmáticos. Mesmo assim, os Jesuítas deixaram uma marca profunda na educação portuguesa até à sua expulsão por Pombal, em 1759. A tentativa do Marquês para os substituir por uma escola laica para jovens aristocratas, o Colégio dos Nobres, não teve êxito, talvez porque a educação em Portugal estava ainda muito submetida à orientação da Igreja.

Os autores de relatos de viagem não pretendiam geralmente corrigir ou melhorar a vida e usos do seu próprio país, mas simplesmente divertir e transmitir o frémido do desconhecido. Sentiam-se apenas espectadores. Reparavam na diferença, mas viam-na mais como algo exótico do que como qualquer coisa com a qual pudessem aprender. Ao longo do século XVIII – e contrariamente ao que se pode dizer dos que nos visitaram no século XIX – vinham na sua maioria de passagem, não conheciam a língua e viviam isolados, limitando o seu convívio à comunidade dos seus compatriotas e nas estalagens que estes dirigiam. Por exemplo, os britânicos, que constituíam o grupo mais numeroso em Lisboa, tinham o seu hospital, a sua igreja, o seu cemitério, as suas escolas e até mesmo as suas assembleias, que hoje chamaríamos qualquer coisa como clubes recreativos privados.

Por isso não havia verdadeira convivência com a população, que os via como personagens exóticas, perante as quais podia ficar admirada, mas com as quais não tinha nada a aprender. A influência dos estrangeiros nos hábitos e na vida portuguesa só se sentiria mais de cem anos depois, e isso teve a ver com a vaga de novas modas trazidas pelos portugueses que tinham andado pelo estrangeiro. Isto foi sentido, por exemplo, naquilo que comiam e bebiam e no modo como decoravam as suas casas.

Mas os viajantes estrangeiros que, no século XVIII, decidiram escrever sobre a sua experiência no nosso país tornaram Portugal conhecido na Europa, pelo menos para demonstrar como era diferente. Não tentaram encontrar qualquer coisa tão boa que devesse ser imitada. Os seus maiores louvores iam no sentido dos aspectos que eram tão bons como nos seus próprios países, como já referi a propósito de Link.

Até agora falei da paisagem e dos costumes, coisas a respeito das quais uma pessoa que viesse por pouco tempo não podia deixar de conhecer e sobre as quais podia formar uma opinião. Mas havia uma herança cultural que lhes escapava, especialmente a literatura. Sem saberem praticamente nada da língua, que uns disseram ser áspera e outros musical, não podiam lê-la.

Uma excepção importante foi o alemão Johann Andreas von Junk, que esteve em Portugal no ano do terramoto e se interessou pela língua. Em 1778 tornou-se o primeiro autor estrangeiro de uma gramática portuguesa, na qual incluiu a tradução de alguns textos literários.

Mal informados ou desinteressados, esses viajantes diziam pouco mais do que não havia qualquer

bom autor para além de Camões, o único que podiam ler em tradução e em muitos casos os acompanhou nas suas viagens.

Algumas obras literárias portuguesas tinham sido ocasionalmente traduzidas, mas foram completamente esquecidas. Com Camões o caso foi diferente. Ao terminar o século XVIII, *Os Lusíadas* tinham sido traduzidos total ou parcialmente em Espanha, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Holanda e Rússia. Isto despertou um novo interesse pelo país que produzira tal obra e tal poeta. Em breve visto como uma espécie de herói romântico, Camões tomou-se assunto de muitos estudos no estrangeiro. Em Inglaterra apareceu, em 1822, a primeira obra de fôlego sobre ele, *Memoirs of The Life and Writings of Louis de Camoens*, de John Adamson, um inglês que vivera alguns anos em Portugal, que deixou em 1807, nas vésperas das Invasões Francesas.

E assim viajar implicava aprender. Tomando-se mais conscientes da sua importância no intercâmbio de culturas, os viajantes tentaram empenhar-se cada vez mais no conhecimento da vida, dos hábitos e tradições dos países que visitavam, e colaboraram na integração de Portugal na Europa.